



PROJETOS DE ENSINO

REGISTRO SOB N°:

*Uso exclusivo da
PROEN*

CAMPUS: Reitoria

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Título do Projeto: BUSCA ATIVA - IFSUL.

Resumo: Trata-se de um projeto-piloto que orienta a organização das ações de BUSCA ATIVA a estudantes infrequentes dos campi do IFSul que necessitem do apoio da DIRPEI na execução desta ação de prevenção da evasão. O objetivo deste projeto é contactar estudantes infrequentes, compreender e avaliar os fatores desencadeadores dessa questão, consultar junto aos campi as providências possíveis e necessárias para intervenção imediata a fim de os/as estudantes voltem a frequentar as aulas e consigam alcançar o índice mínimo de 75% de frequência. A metodologia proposta objetiva realizar contato com estudantes que correm o risco de abandonar o curso, evitando que os vínculos institucionais se fragilizem; para os que já abandonaram, trabalhar na retomada do vínculo. Com a implementação da Busca Ativa IFSUL, espera-se reduzir a taxa de infrequência e abandono por meio da melhoria nas condições de permanência dos estudantes em risco. Além disso, espera-se que os estudantes retomem o vínculo e o engajamento com o curso até sua conclusão.

Caracterização do Projeto:

Classificação e Carga Horária Total:			
<input type="checkbox"/> Curso/Mini- curso	<input type="checkbox"/> Palestra	<input type="checkbox"/> Evento	<input type="checkbox"/> Encontro
<input type="checkbox"/> Semana Acadêmica	<input type="checkbox"/> Olimpíada	<input type="checkbox"/> Clube	<input type="checkbox"/> Fórum
<input type="checkbox"/> Atividade Esportiva	<input type="checkbox"/> Monitoria	<input type="checkbox"/> Oficina	<input type="checkbox"/> Jornada
			<input checked="" type="checkbox"/> outro - Projeto Piloto
<input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra	<input type="checkbox"/> Ciências Biológicas <input type="checkbox"/> Engenharias		
<input type="checkbox"/> Ciências da Saúde	<input type="checkbox"/> Ciências Agrárias <input checked="" type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas		
<input checked="" type="checkbox"/> Ciências Humanas	<input type="checkbox"/> Lingüística, Letras e Artes <input type="checkbox"/> Outros		
Carga horária total do projeto: 720 h (120 horas mensais durante seis meses).			

- d. **Especificação do(s) curso(s) e/ou áreas e/ou Departamentos/Coordenadorias envolvidos:** Diretoria de Políticas de Ensino e Inclusão (DIRPEI).

Vinculação com disciplinas do(s) curso(s)/área(s):
O projeto de ensino está vinculado diretamente a uma disciplina ou a várias disciplinas (projeto interdisciplinar)? (X) Sim. () Não. Qual(is)? Sociologia, Políticas Públicas, Política Social e Direitos Humanos.
O projeto de ensino poderá gerar alguma ação de pesquisa e extensão no futuro? (x) Sim. () Não. A possibilidade desse projeto ser executado junto às ações de Pesquisa e de Extensão está em aberto, caso seja considerado necessário por sua equipe executora, após sua primeira avaliação. No que se refere às ações de Pesquisa, os dados sobre motivos da infrequência habitual serão sistematizados, enviados por meio de relatórios e esses relatórios poderão subsidiar artigos nessa temática. No que se refere à Extensão, poder-se-á pensar em ações de ampla divulgação do contato desse serviço à comunidade acadêmica.
Vinculação com Programas Institucionais:
O projeto de ensino está atrelado a algum Programa Institucional? (x) Sim. () Não. Em caso afirmativo, cite o(s) programa(s): Plano Institucional Estratégico de Permanência e Êxito do IFSul De que forma o Projeto de Ensino apresentado contempla a Política de Permanência e Êxito do IFSul? Este projeto complementarará as ações de permanência e Êxito, nos câmpus do IFSUL, resultando na qualificação do atendimento aos estudantes, o que impacta na melhoria das suas condições de permanência. De que forma o Projeto de Ensino apresentado contribui para consolidação do perfil do egresso? Este projeto de ensino contribui para a consolidação de um perfil de egresso crítico e propositivo no mundo do trabalho, diferente de um simples executor de tarefas, questionador de sua realidade social e conhecedor de seus direitos. Assim poderá ser encaminhada a seguinte questão para o questionário que é aplicado aos egressos: “Você teve problemas de infrequência durante a trajetória no curso? Sim ou Não. Caso responda SIM, abra uma nova pergunta: Você recebeu apoio institucional para retornar a frequentar o curso? Sim ou Não”.

e. Identificação da equipe, com a função e a carga horária prevista:

Coordenador:
Nome: Leonardo Betemps Kontz
Lotação: Reitoria
SIAPE:
Disciplina(s) que ministra / atividade administrativa:
Formação Acadêmica:
Graduação:
Especialização:
Mestrado:
Doutorado:
Contato:
Telefone câmpus: (53) 3026-xxxx
Telefone celular: (53)
E-mail:

Coordenadora:
Nome: Josiela Silveira Cavalheiro
Lotação: Reitoria
SIAPE: 18042864
Disciplina(s) que ministra / atividade administrativa:
Assistente social
Formação Acadêmica:
Graduação: Serviço Social (UCPEL)
Especialização: Sociologia e Política (UFPEL)
Mestrado: Política Social (UCPEL)
Doutorado: Política Social e Direitos Humanos (UCPEL)
Contato:
Telefone câmpus: (53) 3026-xxxx
Telefone celular: (53) 98415-6837
E-mail: josielacavalheiro@ifsul.edu.br

Membros			
Nome	Função	CH prevista	CH Total
Leonardo Betemps Kontz	Coordenador	xxx	720h
Josiela Silveira Cavalheiro	Coordenadora	120h	720h
Leonice	colaboradora	xxx	xxx
Gisele Hillal da Rosa	colaborador	120h	720h

II. INTRODUÇÃO

Um dos principais objetivos da Política de Educação é justamente garantir o direito à Educação pública, laica e gratuita de qualidade, para que todos/as os/as estudantes alcancem seus potenciais acadêmicos. Para alcançar esse objetivo, é necessário um projeto de país voltado para os interesses da classe trabalhadora, que promova justiça social e equidade. Diante dessa necessidade está um dos maiores desafios enfrentados na Política de Educação, em todos os seus níveis: o abandono dos bancos escolares pelos/as estudantes antes da conclusão do curso. Esse fenômeno é complexo e tem suas raízes nas questões estruturais das políticas econômicas, sociais e culturais do país - que resultam em obstáculos para os filhos da classe trabalhadora, que conseqüentemente afetam as condições de permanência e de persistência no sistema de ensino.

O enfrentamento do abandono começa por seu sinal mais visível aos olhos dos educadores: a infrequência (CAVALHEIRO, 2020). Isso requer tanto ações internas na instituição quanto requer a articulação do Estado por meio de suas políticas e sociais para que os estudantes encontrem condições objetivas e subjetivas para enfrentarem os fatores que os impedem de ter o índice de 75% de frequência regular às aulas, conforme estabelecido em legislação, e persistirem até o final do curso.

Os/as filhos/as da classe trabalhadora sofrem com as manifestações da questão social no seu cotidiano de vida que os colocam em uma situação de vulnerabilidade social, e uma das conseqüências dessa vulnerabilidade é a infrequência - é o primeiro sinal de algo pode não estar indo bem na trajetória escolar do estudante. Por isso, as manifestações da questão social na vida do estudantes devem ser contextualizadas no seu histórico de vida daquele/a que se encontra infrequente, para que ocorra uma intervenção adequada e para um planejamento estratégico institucional na proposição e/ou ajustes de políticas e programas educacionais que melhorem as condições de permanência, diminuindo as chances de abandono do curso e/ou do sistema de ensino por completo.

Assim, para enfrentar esses desafios, está aqui proposto o projeto piloto Busca Ativa IFSUL, como um dos mecanismos para melhorar as condições de permanência e de persistência dos estudantes às aulas até a conclusão do curso. Primeiramente, este projeto objetiva planejar e implementar, em conjunto com os campi, ações e fluxos para a busca ativa de estudantes com infrequência, bem como pactuar princípios, diretrizes e metodologias para essa frente de trabalho, por meio da escuta e do diálogo franco e aberto com os campi, respeitando a autonomia de cada um. No futuro pretende-se acompanhar e apoiar o desenvolvimento das ações e/ou projetos de Busca Ativa junto aos campi; propor instrumentos que permitam pesquisar, sistematicamente, a realidade socioeconômica e educacional dos estudantes que se encontram em situação de infrequência habitual.

Cabe destacar que esse projeto tem como princípios:

- a) gestão democrática: fundamentados na emancipação humana e política dos sujeitos sociais e de ampliação da cidadania (FILHO, GURGel, 2016);
- b) busca por qualificação, por se tratar de uma frente de trabalho que impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados aos estudantes;
- c) respeito à experiência e conhecimentos acumulados na prática da Busca Ativa dos/as demais servidores/as que já realizam essa frente de trabalho nos campi;
- d) interdisciplinaridade: devido à necessidade de articulação entre as diferentes categorias profissionais para um melhor atendimento ao estudante;
- e) intersetorialidade: devido à complexidade da articulação das ações institucionais para a Permanência e Êxito, bem como demais políticas e programas sociais estatais.

Esse projeto piloto será executado por servidoras assistentes sociais lotadas na Diretoria de Políticas de Ensino e Inclusão (DIRPEI) e por isso se constitui no âmbito das atribuições e competências do Serviço Social, tendo como objeto de trabalho a questão social.

A DIRPEI é composta pelos seguintes Departamentos e coordenadorias: a) Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAPED); b) Coordenadoria Sistêmica de Registros Acadêmicos (CSRA); e c) Coordenadoria de Avaliação da Educação (CAED); c) Coordenadoria de Graduação (COGRAD); d) Pesquisador Institucional (PI); e) Departamento de Educação Inclusiva (DEPEI). A Diretoria tem por finalidade assessorar o Pró-reitor quanto ao planejamento e desenvolvimento de assuntos relativos à Educação Profissional Técnica e Tecnológica e à Educação Superior de Graduação. Dentre suas competências

listamos aquelas com as quais projeto dialoga (artigos 29 e 30; Resolução CONSUP n ° 79/2017):

- propor estratégias e projetos institucionais para permanência e êxito dos estudantes e
- organizar dados estratégicos do ensino visando à definição de novas diretrizes e normativas institucionais.

Este projeto também se orienta pelos princípios elencados no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFSUL, publicado em 2017, é fruto dos diagnósticos e planejamentos conduzidos pelas comissões locais, em articulação com seus colegiados de cursos e se propõe a oferecer um sólido referencial a ações sistêmicas e locais que tenham o foco na melhoria permanente dos indicadores de evasão, retenção e conclusão apresentados no documento. O documento traz o marco conceitual e metodológico para a problematização do sucesso escolar e para o enfrentamento institucional das mazelas que impactam seus índices de permanência e êxito. O Plano depende da capacidade de mobilização de todos os segmentos envolvidos, tendo em vista a implementação das ideias e ideais nele anunciados.

A DIRPEI buscará orientar, acompanhar e assessorar projetos e ações de BUSCA ATIVA a estudantes infrequentes, implementando ações em conjunto com os câmpus por meio do diálogo permanente e democrático. Em um contexto diversificadamente complexo este projeto se dispõe a discutir com os servidores e gestores dos campi estratégias de realizar esta ação, respeitando a autonomia de cada campi. Ações dessa natureza envolvem uma complexidade de competências requeridas aos seus executores. Portanto, com o objetivo de assessorar os câmpus que requisitarem apoio da Diretoria para ações de busca ativa e qualificar os serviços prestados para a melhoria das condições de permanência dos estudantes do IFSUL, a DIRPEI empreende um esforço na implementação desse Projeto-piloto.

III. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Justificativa:

No Brasil, a Constituição de 1988, Art. 206 determina que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Para os constituintes, esses princípios são determinantes para possibilitar que todo o cidadão brasileiro possa acessar, permanecer e concluir seus estudos, por meio, primeiramente, da gratuidade na oferta desse serviço e da igualdade de condições para o acesso e permanência do estudante, durante sua trajetória formal de educação. O dever do Estado com a educação básica obrigatória se estende até os 17 anos de idade. Em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o desdobramento das disposições contidas nos artigos 53 e 54, os pais e os responsáveis, junto com os dirigentes da Escola, devem zelar pela frequência escolar. Por isso, a atuação do Estado é determinante na garantia do direito e acesso à Educação, no aumento dos níveis de escolaridade da população e na melhoria da sua qualidade.

A institucionalização das políticas de ações afirmativas, no ano de 2012, permitiu que estudantes pertencentes aos segmentos sociais que mais sofrem com as consequências da injustiça e desigualdade social que marca historicamente nosso país tivessem condições de acessar os bancos escolares das Instituições Federais de Ensino, o que se tornou uma política pública bem sucedida. Nesse contexto de país, o Estado precisa criar condições para que os estudantes permaneçam até a conclusão do curso porque, após seu ingresso, os estudantes têm que arcar com os custos financeiros de manutenção no curso tais como transporte e alimentação, principalmente; ou no caso de cursos diurnos terem que optar entre trabalho e estudo; ou ainda, a diferença na qualidade do ensino que receberam até o momento do ingresso na Instituição, o que faz com que estudantes oriundos de famílias de baixa renda tenham mais dificuldades para se manter até a conclusão do curso (CAVALHEIRO, 2020). Para melhorar as condições de permanência dos estudantes foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Bolsa Permanência, ambos de natureza assistencial e com ações focalizadas nos estudantes que atenderem aos critérios de vulnerabilidade social.

Um dos primeiros desafios para a permanência dos/as estudantes é conseguir ingressar em políticas assistenciais, devido a insuficiência de recursos financeiros para o financiamento dessas políticas para todos/as que delas precisarem e tiverem direito em acessá-las. Na trajetória acadêmica dos filhos da classe trabalhadora, os principais desafios para de manterem estudando são: a necessidade de trabalhar para manter ou ajudar na manutenção do grupo familiar, principalmente para estudantes dos cursos diurnos; a necessidade em cuidar de familiares - filhos e/ou idosos e/ou pessoas com deficiência- que recaem principalmente sobre as mulheres; bem como problemas relacionados à mobilidade urbana e seus custos; questões de ensino-aprendizagem; dentre outros.

Sobre o impacto de programas assistenciais no âmbito da Política de Educação, há vasta publicação de estudos sobre o impacto que possuem na redução na taxa de evasão para estudantes atendidos por esses programas em comparação aos estudantes que não acessaram benefícios/serviços como apontado por Saccaro; França e Jacinto (2016): que a taxa de evasão dos estudantes usuários desses programas se mostrou inferior em comparação com os demais, logo, aumentando as chances desses/as estudantes concluírem o ensino superior. Esses autores observaram que a probabilidade de se receber o auxílio se modifica de acordo com o sexo e a idade do estudante; que enquanto que as mulheres apresentam maiores chances de receber o benefício, a idade reduz a probabilidade para o seu recebimento; à medida que a idade se eleva, aumentam as chances do/a estudante ter ingressado no mercado de trabalho, reduzindo as chances de receber benefícios; que as mulheres evadiram menos do que os homens, mas tendem a abandonar os cursos mais frequentemente em comparação aos homens devido aos cuidados com filhos e familiares; que quanto maior a idade do aluno, maior a chance de evasão; associam maior abandono do curso por parte desses estudantes com o fato de que eles, geralmente, já têm famílias e empregos em tempo integral, o que acaba reduzindo o tempo destinado para atividades acadêmicas; que estudantes portadores de necessidades especiais tendem a evadir menos no começo, porém, as taxas de abandono aumentam perto da conclusão do curso; que estudantes cotistas que participam de atividades relacionadas ao curso como pesquisa, estágio ou extensão, remuneradas ou não, o que diminui as chances de evasão que a evasão é maior em cursos criados mais recentemente do que nos mais antigos. Os autores concluíram que programas assistenciais na Educação influenciam de forma positiva na permanência dos estudantes e que podem estar reduzindo o custo social decorrente do abandono e que

suprir as necessidades financeiras dos estudantes é importante, mas fatores como a educação básica deficitária também podem influenciar no aumento das taxas de evasão (SACCARO; FRANÇA; JACINTO, 2016). Assim, ainda que o Estado brasileiro tenha criado programas de acesso e de permanência, as situações de infrequência e de abandono permanecem, principalmente para aqueles que não acessam esses programas. Por isso, o serviço de busca ativa é requerido pela instituição como uma das estratégias de combate à evasão.

Em 2013, os termos evasão e retenção foram apontados pelo Tribunal de Contas da União -TCU, no Acórdão nº 506/2013, como índices de fracasso escolar verificáveis nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que incidiu na emissão do Ofício Circular Nº 60/2015, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC a qual demandou aos IFs a construção dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito nos moldes da Nota Informativa Nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC anexada ao referido ofício (IFSUL/PEIPE).

Com o surgimento da pandemia da Covid-19, a partir de 13 de março de 2020, o MEC emitiu o parecer nº 5/2020 em que recomendou a flexibilização de currículos e readequação dos critérios de avaliação e esforços para evitar a reprovação e o abandono, sendo uma tentativa de redução das taxas de abandono escolar em todo país. O IFSul, por meio da Instrução de Serviço 10/2020, decidiu pela suspensão das atividades presenciais. Esse fato demandou a implantação e execução de outras políticas pontuais emergenciais. Muitos campi identificaram a necessidade de implementar ações de Busca Ativa a estudantes que não estavam participando das Atividades Remotas Não Presenciais. Essa ação foi identificada pelo Serviço Social, durante o Projeto Visitas On-Line ao campi, do Departamento de Gestão de Assistência Estudantil (DEGAE), realizado com as equipes de assistência estudantil dos campi, onde alguns campi, não todos, relataram que realizavam a busca ativa de estudantes por meio de contato telefônico e/ou por aplicativos de mensagens e/ou por e-mail, conforme anotações da servidora em diário de campo (CAVALHEIRO, 2021)

Em 2022, foi demandado a esta assistente social, pela gestão do IFSUL, a necessidade de um **serviço de busca ativa** para estudantes infrequentes e/ou evadidos, na Reitoria, que pudesse atender os campi que estão com dificuldades em realizar esta ação, como parte do rol de ações do **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFSUL (PEIPE)**. Esse plano vem sofrendo um esforço institucional para sua implementação, por meio do trabalho de gestores/as e servidores/as dos campi e Reitoria. Sabemos que há possibilidade de existir políticas sociais e/ou programas institucionais sem os atores que planejam, propõem e executam, bem como não há como pensar e trabalhar nas ações de Permanência e Êxito na instituição sem entender a influência que os atores institucionais - pertencentes aos diversos campi do IFSUL - exercem sobre essas políticas e programas. Por isso, esse projeto-piloto visa dialogar com os campi as estratégias de como realizar esse serviço na Reitoria.

Até o momento da conclusão deste projeto não foi possível sistematizar dados institucionais sobre infrequência e evasão.

Fundamentação Teórica:

I. Política Social, Política de Educação e Serviço Social: breves apontamentos

A Política Social se articula com uma **totalidade de decisões e ações de natureza pública**, produzidas na esfera do Estado, que recaem diretamente e de diferentes formas sobre a organização e distribuição dos recursos de bem estar que se dão mediante serviços, regulações e transferências. Ao longo do tempo, as decisões tomadas dão forma à importância relativa das esferas e articulam eixos de desigualdade estabelecendo regras sobre: a distribuição de recursos, suas proporções, seus destinatários, o momento em que se dá e de que forma acontece, limitados à capacidade de influência dos atores presentes na sua implementação e ao contexto específico no qual acontece. Os atores coletivos são considerados chave para o nascimento e a consolidação das políticas sociais. A capacidade de influência dos atores coletivos é perpassada por diferenças internas na posse de recursos, nos padrões de interação predominantes e nos níveis de influência. Esses aspectos articulam uma relação entre atores e esferas e outros atores, bem como são capazes de exercer influência sobre as demais esferas e sobre os eixos de desigualdades, todos ligados à esfera relacional de acordo com os interesses de grupo (ADELANTADO et al, 2000).

A política social é um tipo de política pública que tem objetivos específicos e sua **formulação requer prévia definição de conceitos** que motivem o **planejamento e as decisões**. Por ser um processo com características complexas e contraditórias, a Política Social pode ser elaborada por atores com ideologias que negam os direitos sociais, quanto por aqueles que a planejam numa perspectiva de cidadania. Assim, atende a dois senhores: capital e trabalho. No entanto, pode beneficiar os setores dominados/explorados dependendo das correlações de forças existentes e do regime vigente (PEREIRA, 2008). Nesse contexto, além do agravamento da questão social, há um intenso fortalecimento de princípios do liberalismo, que promovem a negação dos direitos sociais por meio do incentivo à meritocracia, focalização e individualismo exacerbado (BEHRING, 2008).

A política de educação brasileira destaca-se pelo enfrentamento das condições da sociedade capitalista.

Constitui-se uma tática de intervenção do estado em procurar assegurar as condições necessárias para a reprodução, que resultam na luta de classes trabalhadoras dando rumo aos seus processos de formação (ALMEIDA, 2011). Nesse contexto, a política de Educação objetiva viabilizar o direito à Educação pública, laica e gratuita (BRASIL, 1988) bem como os interesses do grande capital. A igualdade de condições para o acesso e permanência é um princípio constitucional na garantia do direito à Educação pública, e está diretamente ligada às condições objetivas para que o estudante possa ter uma trajetória acadêmica que lhe permita a conclusão do curso, no tempo planejado. O/A estudante encontra obstáculos na sua trajetória e desempenho acadêmico durante o curso, devido à ausência da garantia estatal dos direitos sociais e da implementação de políticas públicas e sociais, da oferta de equipamentos públicos ou da precarização dos serviços ofertados, e, conseqüentemente, devido às condições socioeconômicas em que esse estudante vive. Estes obstáculos se evidenciam por diversas manifestações na vida estudantil, que podem ter origem diferenciada, podendo ser de ordem mais pessoal/individual, como dificuldades em conciliar trabalho e estudo, recursos familiares, falta de identificação com o curso escolhido, dificuldades de aprendizagem, defasagem; ou devido à questões de ordem institucional, que são internas à instituição de ensino, como problemas no currículo de curso, infraestrutura e organização dos cursos, metodologias de ensino inadequadas; e, ainda, devido à questões macro, de ordem política, social e econômica (CAVALHEIRO, 2020).

Serviço Social e Educação

A profissão de Assistente Social se institucionaliza e se desenvolve na sociedade capitalista como ação de cunho sócio-educativo, inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais. As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais têm uma “função pedagógica” cujo princípio educativo está condicionado pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se fundamenta no paradigma crítico dialético. A materialização dos resultados advindos dessa função e de sua direção pode ser observada nos processos de luta das classes e nas práticas de gestão de políticas sociais. Portanto, firma-se na “pedagogia emancipatória” que visa a contribuir para subverter a maneira de pensar e de agir dos homens enquanto totalidade histórica e assim subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo (MIOTO, 2009). A dimensão educativa na prática do Assistente Social caracteriza-se não apenas pela a sua base epistemológica, mas, principalmente, pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais, articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais. O Serviço Social dispõe de uma dimensão prática interventiva situada em um processo coletivo de trabalho, partilhado com outras categorias de profissionais que, juntos, contribuem na obtenção dos resultados ou produtos pretendidos. Trabalhando com individualidades, mas, sempre, articuladas ao coletivo e aos fenômenos sociais, o/a Assistente Social desempenha um papel de mediador entre os direitos dos cidadãos e as regras estatais e societárias. Sua prática profissional deverá estar envolvida num processo de aquisição de conhecimentos possibilitando os indivíduos a executar uma nova direção política e cultural, que significa rebelar-se através de forças sociais das diferentes formas de alienações e submissões. As relações pedagógicas entre o assistente social e o/a usuário/a favorecem uma maior participação dos sujeitos envolvidos através da compreensão crítica sobre a realidade obtendo recursos institucionais para a construção de ações estratégicas (ALMEIDA, 2012).

No Brasil, a crescente centralização das Políticas Sociais pelo Estado capitalista no processo de modernização conservadora gera o aumento da demanda pela execução de programas e serviços sociais impulsionando a relação entre Política Social e Serviço Social (RAICHELIS, 2009). Assim, cabe esclarecer que os princípios que orientam o trabalho do Serviço Social neste projeto (CFESS, 2012):

- a) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- b) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- c) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- d) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- e) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- f) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- g) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- h) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- i) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e

com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

j) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

l) Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Assistentes sociais formuladores/as de políticas sociais e/ou executores/as de programas governamentais são desafiados/as cotidianamente a desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos de usuários/as, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Esse fato requer um perfil profissional propositivo e não só executivo, que rompa com a atividade meramente burocrática e rotineira que reduz o trabalho profissional ao cumprimento de um leque de tarefas pré-estabelecidas das mais diversas, sem crítica. Requer a capacidade de apreender criticamente o movimento da realidade, detectando demandas e possibilidades de enfrentamentos e, ainda: exige a proposição cotidiana de programas, projetos, planos e políticas viabilizadoras de direitos (IAMAMOTO, 2007). Cabe informar as atribuições e competências do assistente social, conforme artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993)

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social (...).

A esse projeto societário se conecta o projeto profissional do Serviço Social: um projeto em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento, o que supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação, tendo a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, 2012).

II. Evasão e seus fatores

Quanto aos motivos da evasão e do abandono, é vasto o repertório de artigos, dissertações e teses que discorrem sobre essa temática com destaque para um dos estudos realizado pela pesquisadora Rosemary Dore, da

UFMG. As primeiras pesquisas realizadas por Dore e Lüscher (2011) relacionadas ao fracasso escolar no ensino fundamental, tratam a evasão e a repetência de forma indistinta e oferecem indicadores para investigar suas causas, tais como:

- a) condição socioeconômica;
- b) necessidade de trabalhar;
- c) formação precária no ensino fundamental;
- d) repetência ou desempenho acadêmico insuficiente;
- e) frustração de expectativas em relação ao curso;
- f) fatores intraescolares: currículo, horários e carga horária dos cursos, entre outros; g) falta de identificação com o contexto da instituição;
- h) ausência de vocação ou gosto pela área;
- i) ausência de motivação, interesse ou compromisso com o curso;
- j) apresentar dificuldades nas disciplinas;
- k) alto índice de reprovação. Prevaecem fatores de ordem pessoal, familiar e socioeconômica dos estudantes.

Na sociedade brasileira, a maioria dos jovens, entre 15 e 29 anos, das classes menos favorecidas economicamente já assume responsabilidades ligadas à provisão do próprio domicílio, o que resulta na não conclusão da Educação Básica, ou em ter negada a possibilidade de ingressar no Ensino Superior (LIMA, SILVA & SILVA, 2015).

Sobre os motivos que levam os estudantes ao abandono, Rosemary Dore (2013), ao analisar as características qualitativas e quantitativas do percurso dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do estado de Minas Gerais (MG), considerou: a organização dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, o trabalho docente, o sucesso dos estudantes, bem como três formas de saída da educação técnica: **o abandono, a transição para o mundo do trabalho e a transição para o ensino superior**. Os motivos que levam os estudantes ao abandono identificados na pesquisa foram:

Hierarquia de motivos de ABANDONO escolar de curso técnico na RFEP-MG e relação com situação ocupacional – amostra de evadidos: 2006-2010.

Fator - Motivo de Abandono de curso:

- Fator 1 – Conciliar trabalho e estudo
- Fator 2 – Desinteresse por profissão/curso
- Fator 3 – Opção por curso superior
- Fator 4 – Excesso de matérias/conteúdo
- Fator 5 – Dificuldades financeiras e com professores
- Fator 6 – Falta de apoio pedagógico
- Fator 7 – Desinteresse da escola/professor por aluno
- Fator 8 – Má qualidade da escola e dos professores (DORE, 2013, p. 59).

Motivos que influenciaram muito na decisão de evadir, estão relacionados a seguir, sendo o número 1 o mais citado e o número 15 o menos citado:

- 1. Dificuldade de conciliar estudo e trabalho
- 2. Necessidade de trabalhar
- 3. Possibilidade de iniciar um curso superior
- 4. Falta de motivação para continuar os estudos
- 5. Dificuldade de conciliar o curso técnico com outro curso
- 6. Insatisfação com o curso técnico
- 7. Falta de interesse ou afinidade pela área/profissão
- 8. Fracasso escolar
- 9. Estresse por passar o dia todo na escola
- 10. Dificuldade de se adaptar à modalidade do curso
- 11. O curso não era atrativo
- 12. Distância entre escola e casa/trabalho
- 13. Dificuldade com os procedimentos de avaliação do curso
- 14. Dificuldade de seguir as aulas: falta de base teórica/prática
- 15. Desinteresse dos professores pela formação dos alunos (DORE, 2013, p. 66).

Hierarquias de motivos de CONCLUSÃO de um curso técnico na RFEP-MG e relação com a situação ocupacional – amostra de diplomados: 2006-2010.

Fator - Motivo de Conclusão de curso:

- Fator 1 – Qualidade da escola
- Fator 2 – Interesse na profissão/curso
- Fator 3 – Qualidade dos professores
- Fator 4 – Baixo nível socioeconômico família
- Fator 5 – Família paga/incentiva estudos
- Fator 6 – Expectativas ocupacionais aluno,
- Fator 7 – Continuidade de estudos. (DORE, 2013, p. 60).

As categorias “fatores individuais”, “fatores internos à instituição”, “fatores externos”, utilizados nos Planos Estratégicos Institucionais de Permanência e Êxito dos Institutos Federais foram sugeridos em um estudo de Dore; Lüscher (2011), para instrumentalizar os estudos sobre motivos da evasão e do abandono nessas instituições (SETEC, 2014). :

a) fatores individuais do estudante: representam aspectos peculiares às características do sujeito, tais como: adaptação à vida acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; escolha precoce da profissão; formação escolar anterior; informação a respeito do curso; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.

b) fatores internos à instituição: problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso; problemas relacionados a atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura de valorização e identidade institucional; carência de programas institucionais para os estudantes; ausência de formação continuada para os servidores; deficiência na gestão administrativa e financeira da Instituição; e deficiência do processo de seleção.

c) fatores externos à instituição: relativas às dificuldades financeiras dos estudantes para permanecerem no curso e às questões inerentes à futura profissão, à conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; a qualidade da escola de ensino fundamental ou médio de origem do estudante; o reconhecimento social do curso; e valorização da profissão.

Os estudos de Oliveira & Oliveira (2015) discorrem sobre as características comuns entre os estudantes que persistem e avançam em sua escolarização. Essas situações, embora se apresentem como facilitadoras da permanência uma vez que melhoram consideravelmente as condições dos estudantes, estão no nível individual e subjetivo, quais sejam:

- a) o seu engajamento escolar;
- b) a habilidade de enfrentamento de obstáculos que surgem no decorrer da escolarização;
- c) as altas expectativas relacionadas à sua experiência escolar, principalmente quanto à apropriação da escrita e leitura, bem como a descoberta de direitos até então ignorados;
- d) a satisfação dos estudantes vinculada à sua capacidade de compreender o mundo no qual estão inseridos;
- e) possuir um senso de cobrança pessoal mais apurado, o que os leva a projetar expectativas mais amplas em relação ao seu futuro;
- f) o esforço que a família emprega na escolarização dos filhos para garantir que tenham as condições necessárias para dedicarem-se aos estudos.

Em uma pesquisa realizada sobre o tema da permanência estudantil nos Institutos Federais gaúchos mostrou que para os docentes e gestores as ações que melhoram as condições de permanência dos estudantes são: as monitorias acadêmicas no relato dos docentes bem como a recuperação paralela; os programas de bolsas; o estabelecimento de uma cultura de atendimento ao estudante que apresenta risco de evasão; o estímulo aos estudantes referentes à avaliação do curso; projetos de ensino que possibilitam a aplicabilidade dos conteúdos ensinados em sala de aula; a fragmentação de notas e adição de uma maior número de provas para possibilitar maiores chances do estudante ser aprovado nas disciplinas consideradas mais difíceis pelos estudantes; ações conjuntas entre docentes e coordenações de curso para conhecer e compreender melhor a realidade dos estudantes; reconhecer que as ações de permanência estavam sendo realizadas de maneira mais individual; destacam as reuniões pedagógicas, a criação de um plano de metas institucional nos cursos, conforme a realidade de cada um. Os docentes evidenciaram, ainda, questões relativas ao seu cotidiano de trabalho e na relação com os estudantes tais como: que se sentiram estimulados a pensarem novas formas de trabalho; a possibilidade de discutir o plano de curso com foco na permanência estudantil; passaram a “perceber mais os alunos e as necessidades deles”; que tornou possível pensar em como atuar em cada situação; houve um maior comprometimento por parte dos servidores; a importância da identificação das causas da evasão; as conversas com os estudantes sobre os motivos da decisão de trancamento ou de abandono; a possibilidade de repensar os relatórios de estágio; que compromete a instituição: “obriga o Instituto a buscar uma maneira de ir atrás dos alunos evadidos”; e o fortalecimento da Assistência Estudantil (CAVALHEIRO,

2020).

Quando realizada a busca por “motivos de infrequência escolar” os sites de busca direcional para evasão e abandono. Em uma pesquisa realizada nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, que teve como temática os Planos de Permanência e Êxito nos IFs gaúchos, foram entrevistados gestores, docentes, estudantes e servidores. A pesquisa apontou que para todos os segmentos um dos primeiros sinais que o estudante poderá abandonar o curso é a infrequência, o ato “desaparecer” da sala de aula e quando o/a estudante passa a não entregar os trabalhos avaliativos. Apontou os docentes como o principal ator na identificação da infrequência (CAVALHEIRO, 2020). O termo infrequência aparece como motivo de evasão no PEIPE-IFSUL em poucos campi, bem como motivo de retenção e de evasão, que afeta o desempenho escolar (IFSUL, 2017, p. 162;167). Pode-se deduzir que o fenômeno da infrequência ocorre por diferentes manifestações da questão social - política, econômica, social e cultural- que por meio desse projeto piloto serão mapeados e sistematizados.

III. Busca Ativa: à procura de referenciais

A Busca Ativa é uma ação historicamente realizada na política de Educação¹ e visa identificar e acompanhar os estudantes que correm o risco de abandonar seus estudos ou que já abandonaram. Essa estratégia se operacionalizou de maneira pontual ao longo dos anos, mas foi com o advento da Pandemia COVID-19 que essa ação passou a ter prioridade nos municípios e estados do Brasil, cada um executando e criando metodologias de acordo com sua realidade política e social. Realizar busca ativa significa levar o Estado ao indivíduo que não usufrui de determinados serviços públicos e/ou vive fora de qualquer rede de proteção e promoção social. Dessa forma, superando a atuação pautada exclusivamente na demanda espontânea. A busca em periódicos não mostrou trabalhos acadêmicos sobre essa temática: busca ativa. Os registros sobre ações dessa natureza encontrados na web podem ser organizadas em: documentos públicos sobre programas estaduais e municipais de busca ativa realizadas nos diversos estados e municípios brasileiros; documentos da UNICEF/UNESCO sobre plataformas e manuais relativos a essa ação; a experiência no câmpus Luzerna, do IF Catarinense, conhecido a partir de busca junto a grupos de WhatsApp sobre experiências institucionais de busca ativa nos Institutos Federais, da assistente social Lady Brito. Optamos por descrever as duas últimas indicações.

a) **UNESCO/UNICEF**²: os organismos internacionais influenciam ações de busca ativa em países como o Brasil, exemplo disso é que a UNESCO criou uma plataforma gratuita para, segundo a organização, ajudar os municípios a combater a exclusão escolar. Foi desenvolvida pelo UNICEF em parceria com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A metodologia utilizada pela UNESCO prevê: conectar os gestores de diferentes setores públicos municipais - Educação, Saúde, Assistência Social, bem como ONGs e sociedade civil que são encorajados a criar equipes intersetoriais para analisar as causas da exclusão, encontrar soluções para superar cada uma dessas barreiras e, por fim, reintegrar estudantes à escola, garantindo a permanência e a aprendizagem. Isso permite que as pessoas enviem informações sobre estudantes fora da escola pela internet, por meio de aplicativo ou por SMS. Também contam com estratégias tais como: equipes intersetoriais locais que tomam as medidas necessárias para a matrícula, permanência e aprendizagem; atuação de docentes como agentes comunitários para emitir alertas de estudantes em risco de abandono ou em abandono escolar; atuação de equipe diretiva tais como coordenador(a) pedagógico(a), orientador(a) educacional, diretor(a) na atuação como técnicos(as) verificadores(as) para realizar a pesquisa e a análise técnica acerca dos motivos de risco ou abandono escolar. Destaca-se que para a implantação da Busca Ativa é a constituição de um Comitê Gestor formado tanto pelo(a) Gestor(a) Político(a), Coordenador(a) Operacional e Supervisores(as) Institucionais – que estão na linha de frente da estratégia – como por outros órgãos a convidados a participar. Estes órgãos podem não estar na execução ativa das ações, mas colaboram na resolução de casos, no monitoramento e na avaliação das ações e na elaboração de diagnósticos sobre a situação do município; bem como o mapeamento de órgãos públicos e organizações da sociedade civil que podem participar da estratégia, tanto na sua execução como no apoio às ações; a emissão de alertas é como primeira etapa da estratégia e porta de entrada dos casos na plataforma, definindo profissionais envolvidos, suportes a serem utilizados e locais prioritários de atuação podendo optar por territórios mais vulneráveis ou de forma abrangente em todo o município.

Os principais motivos do abandono sistematizados pela UNESCO são: oferta educacional; distorção idade-série;

¹ Não foram encontradas teses, dissertações ou artigos sobre a temática da busca ativa.

² Para a UNESCO a Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios a fim de apoiá-los no enfrentamento da exclusão escolar, no fortalecimento da intersetorialidade entre as políticas e os serviços públicos, na promoção da atuação comunitária e familiar, bem como no fomento ao regime de colaboração entre os entes federados. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a Undime, o Congemas e o Conasems. Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/criseemergencias/>

violência na escola; questões socioeconômicas; trabalho infantil; abuso e exploração sexual; violência familiar e no território; gravidez na adolescência; preconceito e discriminação; falta de documentação, dentre outros motivos.

b) **Campus Luzerna** - Instituto Federal Catarinense: no contexto da Pandemia foi elaborada a “Proposta de Modelo para elaboração de Plano de ação para Atendimento de estudantes acompanhados pelo SISAE no processo de Busca Ativa”, pelas mãos de Lady Mara Lima de Brito, assistente social do referido campus. O Plano de ação é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas visando minorar os prejuízos educacionais decorrentes do extenso período de afastamento da rotina escolar, em função das medidas excepcionais adotadas pelo IFC em razão do necessário isolamento social exigido pelas autoridades sanitárias, para prevenção da COVID-19 e redução da taxa de contágio da doença. Tem como público-alvo estudantes matriculados na Graduação, Ensino Médio Integrado e Subsequente. O Plano surgiu da necessidade de acompanhamento dos casos de estudantes que, durante o período de suspensão das aulas presenciais, afastaram-se por completo de toda e qualquer atividade ou contato mantidos pelas instituições de ensino. Esses casos devem ser objeto de preocupação dos responsáveis pelas entidades escolares e demandam a adoção de medidas que decodifiquem essas situações com vistas a aplacar os prejuízos pedagógicos e psicossociais advindos do distanciamento social (BRITO, 2021).

O Plano de Ação visa reunir informações sobre os estudantes regularmente matriculados no campus Luzerna do IFC e seu contexto familiar e comunitário de modo a formular um conhecimento capaz de orientar as ações prioritárias de atendimento educacional condizentes com a singularidade de cada caso. Engloba dados sobre os motivos do atendimento realizado pela equipe do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional-SISAE, as referências sociais e familiares do estudante, os direitos ameaçados ou violados, as necessidades particulares, os valores, os desejos, as dificuldades e medos, os sonhos, as aspirações, o potencial e as aptidões do adolescente, seu desenvolvimento e suas mudanças antes e depois das intervenções realizadas pelo SISAE (BRITO, 2021).

Considerando o fluxo de Busca Ativa adotado pelo SISAE-IFC campus Luzerna desde setembro de 2020, em que os docentes encaminham os casos com indício de evasão a este setor, a equipe técnica inicia o processo de Busca Ativa. Após o primeiro contato do SISAE com os pais ou responsáveis pelo/a estudante, no caso de alunos menores de idade, ou contato com o próprio estudante, no caso de alunos maiores de 18 anos, e não havendo o retorno do/a estudante às atividades escolares/acadêmicas remota, sem justificativa, poderá ser elaborado o Plano de Ação. O Plano de ação poderá ser elaborado imediatamente após o SISAE ter conhecimento de que o estudante, regularmente matriculado no IFC campus Luzerna, não retornou e/ou deixou de participar das atividades de ensino remota propostas pelos docentes no período de 45 dias corridos ou não frequentar a escola durante o ano letivo, sem justificativa, ou que apresente alguma dificuldade de ensino aprendizagem. A elaboração do Plano de Ação ocorre de acordo com os casos definidos pela equipe do SISAE e docentes em função do/a estudante não está realizando as atividades de ensino remota nas disciplinas em que está matriculado no ano letivo corrente (BRITO, 2021).

No caso de estudantes menores de 18 anos, o Plano traz diversas exigências institucionais. O mesmo reunirá informações de natureza objetiva e subjetiva, deverá ser atualizadas em vários momentos no processo de acompanhamento discente, tem por objetivos: a) Conhecer as razões, os motivos e as circunstâncias que motivaram ao estudante a não comparecer às atividades de ensino presencial no período de **5 dias consecutivos ou de 7 dias alternados no período de 30 dias corridos**, sem justificativa. No caso das atividades de ensino 100 % remota, conhecer as razões, os motivos e as circunstâncias que motivaram ao estudante não acompanhar às aulas em meios digitais e **não cumprir/realizar as atividades propostas pelos docentes, após o prazo de 10 dias, a contar da data estabelecida para a sua entrega**, sem informar neste período justificativa para o atraso, inexistindo, portanto, perspectiva para a devolutiva da atividade (BRITO, 2021).

O Plano de Ação fixa os compromissos assumidos pelos pais ou responsável, no caso de alunos menores de 18 anos, pelo próprio estudante, pela escola e demais políticas setoriais. Desse modo, o Plano de Ação prevê a definição de metas, estratégias, compromissos, responsabilidades e prazos que precisam ser acordados entre os pares para ser viável e alcançar sua finalidade. Deve ser elaborado pela equipe multidisciplinar do SISAE, em parceria com os docentes, Coordenação Geral de Ensino (CGE), Direção de Ensino (DEPE). No caso de alunos menores de 18 anos deve-se privilegiar a participação do adolescente e de seu responsável legal no processo de elaboração do Plano de Ação (BRITO, 2021).

Conforme orientação do Ministério Público de Santa Catarina, nos casos de estudantes menores de 18 anos de idade, a unidade escolar deve registrar o APOIA nas seguintes situações (BRITO, 2021):

a) Modalidade de ensino 100% presencial: quando o adolescente atingir o número de 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas e injustificadas no intervalo de 30 dias.

b) Modalidade de ensino 100% remoto: quando o estudante não apresentar nenhuma das atividades propostas pelos professores de disciplinas, após o prazo de 10 dias, a contar da data estabelecida para a sua entrega, sem informar neste período justificativa para o atraso, inexistindo, portanto, perspectiva para a devolutiva da atividade.

c) Modalidade de ensino Mista: O estudante deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos: Não

apresentar nenhuma das atividades propostas pelos professores de disciplinas, após o prazo de 10 dias, a contar da data estabelecida para a sua entrega, sem informar nesse período justificativa para o atraso, inexistindo, portanto, perspectiva para a devolutiva da atividade; e 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas e injustificadas no intervalo de 30 dias.

O plano de ação deve orientar o percurso das intervenções pedagógicas, definindo as ações a serem desenvolvidas para acompanhamento do estudante, com indícios de evasão, respeitando sua singularidade, devendo constar as estratégias de intervenção, tais como (BRITO, 2021):

1) Estimular o desenvolvimento do estudante, a partir das seguintes dimensões do desenvolvimento humano: físico, cognitivo, sócioemocional, hábitos, interesses, habilidades:

- a) Situação escolar e de aprendizagem; Convivência familiar, comunitária e das redes sociais de apoio;
- b) Relações sociais e afetivas nos espaços externos ao IFC-Campus Luzerna (grupo de amigos, profissionais dos serviços de apoio, grupos culturais, esportivos, artísticos);
- c) Relações sociais e afetivas nos espaços internos ao IFC-Campus Luzerna (entre docente/equipe técnica e estudante);
- d) Ingresso no mundo do trabalho.

2) Buscar articulação intersetorial para o enfrentamento conjunto das demandas identificadas pela escola que ultrapassem sua esfera de atuação (art. 70-A, inciso VI, do ECA);

3) Investir nas possibilidades para garantir a permanência na escola de adolescentes até 17 anos para que concluam todas as etapas da Educação Básica, promovendo o regresso à escola daqueles que abandonaram os estudos sem concluí-los integralmente.

Quanto às justificativas para a infrequência ou abandono, a experiência do campus Luzerna sistematizou os seguintes indicadores, que se diferenciam dos demais devido ao contexto de atividades remotas do período pandêmico:

Dificuldades tecnológicas (para estudantes que estão em regime especial de atividades não presenciais via Internet).

- a) O/A estudante não sabe utilizar as tecnologias digitais.
- b) Ausência ou insuficiência de acesso à Internet.
- c) Ausência ou insuficiência de acesso de equipamentos eletrônicos necessários.
- d) O equipamento do/a estudante é compartilhado com o restante da família.
- e) A família parece ter condições materiais, mas não disponibiliza o equipamento ou Internet ao/a estudante.
- f) Os responsáveis não consideram o regime especial de atividades não presenciais como efetivo para a formação do estudante.
- g) O/A estudante não considera o regime especial de atividades não presenciais como efetivo para sua formação.
- h) Dificuldades de acesso às atividades impressas, pois os(as) responsáveis/estudante não conseguem buscar o material impresso. (para os estudantes que estão em regime especial de atividades não presenciais impressas)
- i) O/A estudante apresenta dificuldades relacionadas à aprendizagem que o/a impede de concluir as atividades.
- j) Está trabalhando.
- k) Envolvimento com drogas.
- l) Resistência do/a estudante.
- m) Problemas de saúde.
- n) A mediação entre o professor regente da disciplina e o estudante não está sendo suficiente para auxiliá-lo/a na realização das atividades.
- o) A mediação entre o/a professor/a intérprete e o/a estudante não está sendo suficiente para auxiliá-lo/a na realização das atividades.
- p) A mediação entre o segundo professor/professor auxiliar e o estudante não está sendo suficiente para auxiliá-lo/a na realização das atividades.
- q) Inexiste mediação.
- r) Os/As responsáveis pelo/a estudante não apresentam qualificação para auxiliá-lo/a na realização das tarefas.
- s) A escola perdeu o contato com o(a) estudante/a família, pois este/a não reside mais no endereço informado.
- t) O/A estudante não mora mais no Município e não realizou transferência.

Informações Complementares relacionadas a mudanças comportamentais do/a estudante:

- a) Chora constantemente.
- b) Falas/relatos de solidão, de desinteresse em viver.

- c) Sentimento de tristeza.
- d) Perda de interesse pelas atividades habituais.
- e) Irritabilidade
- f) Agressividade
- g) Ansiedade
- h) Mudança no apetite
- i) Alteração no sono.
- j) Aversão social.
- k) Presença de machucados no corpo (cortes nos braços) e se os mantêm cobertos com mangas longas.
- l) Sente falta do convívio do ambiente escolar.
- m) Relatou situação de violência.

Informações complementares relacionadas a saúde do(a) estudante ou outras vulnerabilidades:

- a) Gravidez na adolescência.
- b) Está com COVID-19.
- c) Hospitalizado.
- d) Em tratamento médico.
- e) Faz parte do grupo de risco.
- f) Situação de violência confirmada.
- g) Situação de doença de familiares.

Portanto, tanto as pesquisas acadêmicas quanto a experiência prática do IFSC trazidos neste referencial trazem uma rica sistematização de fatores que poderão servir como base inicialmente para a estruturação de fatores relacionados à infrequência.

Por fim, Brito (2020) traz a necessidade do monitoramento do Plano, que diz respeito ao acompanhamento periódico dos resultados alcançados. É necessário estabelecer a periodicidade com que a equipe vai realizar o monitoramento do Plano de ação de cada estudante atendido pelo SISAE no processo de Busca Ativa. O monitoramento diz respeito à observação regular e sistemática do desenvolvimento das ações e da produção dos resultados esperados. O monitoramento serve para a reflexão do grupo, sendo necessário para que se possa avaliar e reavaliar os objetivos e as ações previstas. É imprescindível o envolvimento do estudante e sua família/responsável em todo o processo.

A partir do material acessado sobre experiências de busca ativa, foi possível identificar os principais passos para sua implementação, conforme segue:

1. Identificar estudantes infrequentes ou em risco, com baixa frequência: O primeiro passo para a busca ativa de estudantes infrequentes é sua identificação. A instituição poderá usar um sistema de monitoramento de frequência para identificar estudantes que apresentarem infrequência; bem como um sistema de notificação automática a estudantes e responsáveis (quando for o caso) que emita um alerta sobre os estudantes que estão com índice abaixo de 75% e/ou com dificuldades em acompanhar as atividades avaliativas. Trata-se de uma ação preventiva.

2. Reunir/Coletar informações: visa reunir e/ou coletar informações sobre os/as estudantes regularmente matriculados, seu contexto familiar e comunitário de modo a formular um conhecimento capaz de orientar as ações prioritárias de atendimento educacional condizentes com a singularidade de cada caso (BRITO, 2021). É necessário coletar dados pessoais tais como: histórico escolar, situação familiar, saúde, condições de trabalho no grupo familiar e outras situações que venham a ser consideradas impliquem no retorno bem como nas suas condições de permanência. Essas informações devem ser trabalhadas na ótica dos direitos sociais, da garantia de preservação do sigilo e do tratamento ético dos dados coletados, objetivando compreender melhor a situação do/a estudante, apontar e/ ou desenvolver estratégias de intervenções imediatas e a médio e longo prazo.

3. Realizar contato com estudantes e/ou responsáveis: Nos casos considerados de **grave reincidência e/ou negligência** dos responsáveis para com os/as menores de idade, a instituição deve contatar o Conselho Tutelar, caso trabalho com os responsáveis não resulte no efeito desejado. Durante o contato com estudantes e/ou responsáveis deve-se reunir informações de natureza objetiva e subjetiva, que serão atualizadas ao longo do processo de acompanhamento discente, garantindo um ambiente seguro e de acolhida, sem exposição e julgamento (BRITO, 2022). Poderão ser utilizados aplicativos de mensagens, e-mails; realização de visita domiciliar, quando for considerado necessário; nos casos em que a instituição não conte com servidores/as ou estrutura disponível para a realização dessas visitas, poderá realizar contato na Rede de Saúde e Assistência Social caso exista a possibilidade da equipe técnica do município realizá-las.

4. Analisar as razões por trás de sua falta de participação/engajamento: A instituição irá mapear, sistematizar e analisar as razões da infrequência ou da baixa participação nas atividades propostas, durante o contato com os/as discentes e/ou seu grupo familiar - quando for o caso;

5. Promover ações de intervenção e/ou implementar mecanismos para que estudantes infrequentes voltem a frequentar regularmente as aulas: É necessário implementar mecanismos para incentivá-los/as a retomar as atividades acadêmicas e o vínculo com a instituição. Essas intervenções podem incluir: reorganização/adaptação do planejamento/plano de atividades, aulas com priorização de habilidades e conteúdos específicos; avaliação, apoio bio-psicossocial pedagógico, reforço escolar, monitorias, encaminhamento para serviços de saúde e assistência social, entre outras medidas relativas às políticas públicas e sociais. Investir em ações que ajudem reintegrar o/a estudante ao curso, tais como:

- a) Enviar o material que será estudado em aula para casa;
- b) Flexibilizar horários para evitar conflitos de agenda;
- c) Realizar aulas de recuperação;
- d) Acompanhamento pedagógico;
- e) Acompanhamento social;
- f) Acompanhamento psicológico;
- g) Acompanhamento com as famílias dos estudantes, quando identificada a necessidade, na ótica da promoção dos direitos sociais.
- h) Realizar contato com a Rede de Proteção Social do município onde se localiza o campus, por meio da articulação e do encaminhamento às demais políticas e serviços públicos tais como Saúde e Assistência Social.

6. Monitorar e acompanhar a frequência de todos/as estudantes: uma vez identificados/as, os/as discentes precisam continuar sendo acompanhados por agentes escolares. É importante ouvir suas preocupações para que se sintam valorizados/as e apoiados/as. A instituição deve monitorar a frequência de todos os/as estudantes. Isso ajudará a identificar alunos que estão em risco de não concluir o curso. Poderá ter um sistema informatizado de alerta preventivo para identificar aqueles/as que estejam ausentes por um período prolongado e que possam precisar de um suporte. Deve ser valorizado o olhar docente, que é o ator institucional que faz o controle da frequência do/a estudante mas, principalmente, é quem primeiramente observa a ausência do/a estudante e, que por isso, deve comunicar os setores responsáveis da instituição.

7. Garantir que todos os/as estudantes recebam o apoio de que precisam para voltarem a frequentar e para terem condições de concluir o curso: A instituição deve garantir que todos os alunos recebam o apoio de que precisam para ter sucesso acadêmico. Isso pode incluir serviços de tutoria, aulas de reforço, aconselhamento e apoio emocional. A escola deve trabalhar em estreita colaboração com os pais para garantir que seus filhos recebam o apoio necessário. De acordo com dados do INEP (2023), com relação à trajetória dos estudantes na educação básica, se verificou a elevação na taxa de aprovados entre os anos de 2019 e 2020 influenciada pela **adoção de ajustes no planejamento curricular** das instituições, frente à pandemia de COVID-19, alinhados às recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas de Educação (Unicef). Essas entidades recomendaram que as instituições de ensino **adequassem os critérios de avaliação dos alunos considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos** e minimizando, assim, a retenção e o abandono.

8. Manutenção do vínculo dos(as) estudantes com a Instituição: Mais do que nunca é necessário manter esse vínculo ativo, ainda que os/as estudantes não estejam conseguindo participar das atividades. Em situações de crises e emergências, que os(as) estudantes rompam vínculos com as Instituições de ensino, como foi visto na Pandemia. Isso requer atenção da instituição a indicativos desta situação. O acompanhamento dos/as estudantes, com a oferta de atividades educacionais presenciais ou não presenciais poderá ser realizado por meio do seguinte mapeamento:

- a) Estudantes que não estejam participando das atividades presenciais e/ou remotas, seja não entregando tarefas/trabalhos, não fazendo as atividades on-line ou não respondendo aos contatos realizados.
- b) Estudantes que não estão comparecendo aos serviços de restaurante e/ou moradia estudantil.
- c) Estudantes e famílias que não atendem a telefonemas feitos pelo campus ou não respondem a mensagens enviadas por e-mail ou aplicativos de mensagens.
- d) Estudantes e famílias que, em eventual ação presencial realizada pelo campus, não foram encontrados.

Todas essas situações indicam a possibilidade de abandono e precisam entrar no fluxo de casos da Busca Ativa. Sugerimos que os/as estudantes que não acompanhem as atividades educacionais, de acordo com os prazos estabelecidos por cada campus sejam considerados/as em risco de abandono e que, desse modo, os/as docentes imediatamente emitam alertas às coordenações. Esses alertas podem ser identificados com o motivo: "Infrequência reportada à gestão".

9. Monitorar/Acompanhar o processo: é fundamental que a instituição monitore o processo de busca ativa e avalie regularmente os resultados, identificando o que está funcionando e o que precisa ser melhorado para dirimir riscos de retorno à situação de infrequência. É preciso realizar a leitura crítica da realidade: observar as referências

sociais e familiares do estudante, os direitos ameaçados ou violados, as necessidades particulares, os valores, os desejos, as dificuldades e medos, os sonhos, as aspirações, o potencial e as aptidões dos/as estudantes, seu desenvolvimento e suas mudanças antes e depois das intervenções realizadas (BRITO, 2021).

Portanto, consideramos que o maior desafio para a consolidação deste projeto é o acompanhamento discente. Ressalta-se que a prevenção começa pelo acompanhamento em sala de aula, pela realização da chamada, mesmo em cursos de graduação; por meio da sensibilidade do olhar docente, pela capacidade de escuta das necessidades dos/as estudantes, passa **pelo olho a olho**, pela sensibilidade no acompanhamento dos índices de retenção e reprovação nas disciplinas. Requer um trabalho interdisciplinar para a realização de um acompanhamento amplo, que consiga dar conta da identificação dos primeiros sinais de abandono- dentre eles, a infrequência e a não realização de trabalhos acadêmicos-, das ações de prevenção e de suas intervenções. Outro fator é a obtenção de dados institucionais sobre os índices de infrequência, reprovação e retenção de maneira que possa possibilitar a realização de ações preventivas e intervenções (CAVALHEIRO, 2020).

IV. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivo geral: Planejar e implementar em conjunto com os campi ações para a busca ativa de estudantes infrequentes, bem como pactuar fluxos para frente de trabalho, a partir da assessoria e oferta de um serviço centralizado na Reitoria, à disposição do campi que solicitarem, a fim de contactar estudantes infrequentes, compreender e avaliar os fatores desencadeadores dessa questão, consultar junto aos campi as providências possíveis e necessárias para intervenção imediata a fim de os/as estudantes voltem a frequentar as aulas e consigam alcançar o índice mínimo de 75% de frequência e que os estudantes retomem o vínculo e o engajamento com o curso até sua conclusão.

Objetivos específicos:

1. Mapear as ações de Busca Ativa nos Campi.
2. Propor/ discutir/criar junto a gestores/as e servidores/as competências, ações e fluxos de Busca Ativa nos campi, conforme a necessidade e realidade de cada campus.
3. Articular representantes dos campi, servidores/as e estudantes, para monitoramento e avaliação das ações desse projeto.
4. Identificar e sistematizar as razões/motivos/fatores da infrequência.
5. Buscar mecanismos de apoio e acompanhamento acadêmico junto aos coordenadores/as de curso.
6. Informar, orientar e encaminhar os estudantes sobre serviços, benefícios e políticas de Permanência no IFSUL, disponibilizados por meio das Políticas de Assistência Estudantil, Ensino, Pesquisa e Extensão e condicionalidades requeridas aos estudantes para ingresso e permanência nesses programas; bem como para a Rede de Proteção Social do Estado e município.
7. Ofertar educação continuada a servidores/as, estudantes e/ou estagiários/as interessados/as na temática.
8. Acionar esforços institucionais para que estudantes infrequentes recebam o apoio acadêmico de que precisam para retorno às aulas e conclusão do curso.
9. Dialogar sobre as competências dos atores institucionais nas ações de busca ativa a fim de melhorar e qualificar os mecanismos institucionais de controle de frequência bem como metodologias e estratégias de busca ativa.
10. Estimular a construção de planos de trabalho para a realização de Busca Ativa nos Campi.

Público alvo: estudantes do ensino médio e de graduação com frequência abaixo de 75% e/ou com cinco faltas consecutivas ou 15 faltas alternadas.

V. METODOLOGIA

O caminho metodológico do projeto está aberto à sugestões dos campi. Este é um primeiro esboço de como se pretende implementar e executar a Busca Ativa no IFSUL, respeitando as particularidades de cada campus. A lógica utilizada para a descrição da metodologia está organizada conforme a necessidade de implementação e de execução deste projeto piloto, no IFSUL, sob a intensão da gestão democrática e do diálogo constante com todos os atores e serviços institucionais envolvidos.

Para a construção do projeto e planejamento e pactuação de conceitos, metodologia, estratégias e ações serão realizadas reuniões exploratórias com os seguintes atores institucionais: gestores e servidores e Câmara de Ensino - para fins de apresentação e apreciação do esboço do projeto, realização de ajustes e pactuação de fluxos.

Quanto às estratégias para implementar a Busca Ativa:

Fluxo: Coordenador/a de curso → Chefe de Ensino → assistente social na Reitoria → Chefe de Ensino → Coordenador/a de curso

1. Identificar estudantes infrequentes ou em risco, com baixa frequência:

a) O IFSUL possui um sistema de monitoramento de frequência para identificar estudantes infrequentes? Ou um sistema de notificação automática aos estudantes e responsáveis (quando for o caso) tenha faltado uma quantidade significativa de aulas definida pelo campus?

b) Qual índice de infrequência será adotado para a realização da busca ativa?

- adolescente: quando atingir o número de 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas e injustificadas no intervalo de 30 dias.
- adulto: ??????
- quando o estudante não apresentar nenhuma das atividades propostas pelos professores de disciplinas, após o prazo de 10 dias, a contar da data estabelecida para a sua entrega, sem informar neste período justificativa para o atraso, inexistindo, portanto, perspectiva para a devolutiva da atividade.

2. Reunir/Coletar informações: coletar informações sobre: dados pessoais, histórico escolar, situação familiar, saúde, condições de trabalho no grupo e outras que venham a ser consideradas relevantes.

a) O campus enviará para um e-mail específico da equipe na Reitoria - buscativa@ifsul.edu.br - uma tabela excel compartilhada no drive: dados de contato telefônico, cpf e número de matrícula; registro de intervenções adotadas pelo campus até o momento; contato dos docentes e Taes que realizaram atendimento do caso.

Nome	Contato telefônico ou e-mail	Nº Matrícula	CURSO	SITUAÇÃO ACADÊMICA	Coord. Curso	Breve descrição das situação do estudante e das ações realizadas no campus.

3. Realizar contato com estudantes e/ou responsáveis: esgotados os esforços da equipe do câmpus, poderá ser encaminhado para a Reitoria. O contato, no âmbito da Reitoria, será feito preferencialmente, mediante chamada telefônica tentar-se-á realizar a escuta do/a estudante e, se possível for, caso o/a estudante aceite, serão agendadas entrevistas para reunir informações de natureza objetiva e subjetiva. Poderão ser utilizados aplicativos de mensagens, e-mails e/ou contato na Rede de Saúde e Assistência Social para realização de visita domiciliar para os Campi que não possuem servidores ou estrutura disponível para a realização de visitas domiciliares, previamente agendadas, caso exista possibilidade dos técnicos do município realizarem as visitas. Nos casos de menores de idade será orientado

ao/a coordenador/a de curso comunicar a situação ao/a Chefe de Ensino e à gestão do campus que deverão contatar o Conselho Tutelar nos casos considerados de **grave reincidência e/ou negligência** dos responsáveis.

4. Analisar as razões por trás de sua falta de participação/engajamento:

Durante o contato com os/as estudantes infrequentes, a equipe irá mapear e analisar as razões da infrequência ou da baixa participação nas atividades propostas, por meio de contatos telefônicos e, quando possível, por meio de entrevistas com os/as estudantes e suas famílias- quando for o caso de menor de idade-, garantindo um ambiente seguro e de acolhida, sem exposição e julgamento, com garantia do sigilo. Será compartilhado com demais atores institucionais somente o estritamente necessário. Os dados sobre os motivos da infrequência serão mapeados e sistematizados por meio de gráficos e tabelas e apresentados por meio de relatório. Os indicadores a serem utilizados, inicialmente, serão: fatores individuais, internos e externos, devido ao IFSUL adotar essa classificação em seu PEIPE. A pergunta que será feita ao/a estudante será a seguinte: **“Quais motivos tem levado você a não frequentar as aulas e/ou as atividades do seu curso no IFSUL?”** e para aqueles que já se encontram evadidos **“O que levou você a tomar a decisão de abandonar o curso?”**.

5. Promover ações de intervenção e/ou implementar mecanismos para que estudantes infrequentes voltem a frequentar regularmente as aulas: a equipe da Reitoria irá retornar com as informações sobre o contato com os/as estudantes infrequentes junto aos/às coordenadores/as de curso para que esses possam pensar e avaliar intervenções e mecanismos necessários e possíveis para o retorno às atividades acadêmicas, que podem incluir: reorganização/adaptação do planejamento/plano de atividades, aulas com priorização de habilidades e conteúdos específicos; avaliação, apoio bio-psicossocial pedagógico, reforço escolar, monitorias, encaminhamento para serviços de saúde e assistência social, entre outras medidas relativas às políticas públicas e sociais. Investir em ações que ajudem reintegrar o/a estudante ao curso, tais como:

- i) Enviar o material que será estudado em aula para casa;
- j) Flexibilizar horários para evitar conflitos de agenda;
- k) Realizar aulas de recuperação;
- l) Acompanhamento pedagógico;
- m) Acompanhamento social;
- n) Acompanhamento psicológico;
- o) Acompanhamento com as famílias dos estudantes, quando identificada a necessidade, na ótica da promoção dos direitos sociais.
- p) Realizar contato com a Rede de Proteção Social do município onde se localiza o campus, por meio da articulação e do encaminhamento às demais políticas e serviços públicos tais como Saúde e Assistência Social.

6. Monitorar e acompanhar a frequência de todos/as os/as estudantes: uma vez identificados, esses estudantes precisam ser acompanhados novamente pelos/as coordenadores de curso, seja por meio de contato telefônico e/ou conversas com a família, quando forem menores de idade. A equipe da Reitoria também poderá realizar essa ação a pedido do campus. É importante ouvir suas preocupações e tentar resolvê-las para que se sintam valorizados/as e apoiados/as. Deve ser valorizado o olhar docente que é quem o vê, quem controla a frequência do/a estudante; quem, primeiramente observa a ausência e/ou desaparecimento do/a estudante, e que deve comunicar contatar o estudante e se não lograr êxito, encaminhar para os setores responsáveis no câmpus.

7. Manutenção do vínculo dos(as) estudantes com a Instituição: o rompimento de vínculos afetivos e sociais com as Instituições de ensino prejudica gravemente o retorno do/a estudante.. Por isso, é preciso ficar atento a alguns indicativos desta situação. Mais do que nunca é necessário manter esse vínculo ativo. Orientamos que o acompanhamento dos/as estudantes, com a oferta de atividades educacionais presenciais ou não presenciais, seja feito por meio do seguinte mapeamento:

- e) Estudantes que não estejam participando das atividades presenciais e/ou remotas, seja não entregando tarefas/trabalhos, não fazendo as atividades on-line ou não respondendo aos contatos realizados.
- f) Estudantes que não estão comparecendo aos serviços de restaurante e/ou moradia estudantil.
- g) Estudantes e famílias que não atendem a telefonemas feitos pelo campus ou não respondem a mensagens enviadas por e-mail ou aplicativos de mensagens.
- h) Estudantes e famílias que, em eventual ação presencial realizada pelo campus, não foram encontrados.

Todas essas situações indicam a possibilidade de abandono e precisam entrar no fluxo de casos da Busca Ativa. Sugerimos que os/as estudantes que não acompanhem as atividades educacionais, de acordo com os prazos estabelecidos por cada campus sejam considerados/as em risco de abandono e que, desse modo, os/as docentes imediatamente emitam alertas à Coordenação de Curso. Esses alertas podem ser identificados com o motivo: **“Infrequência reportada à gestão”**.

8. Acompanhar o processo: é fundamental que a instituição, por meio do câmpus, monitore o processo de busca ativa e avalie regularmente os resultados, identificando o que está funcionando e o que precisa ser melhorado neste projeto piloto por meio de um formulário de avaliação que será entregue ao final de seis meses de trabalho, que será enviado os/as coordenadores/as de curso, chefes de ensino e estudantes que retornaram. É preciso realizar a leitura crítica da realidade: observar os direitos ameaçados ou violados, as necessidades particulares, os valores, os

desejos, as dificuldades e medos, os sonhos, as aspirações, o potencial e as aptidões dos/as estudantes, seu desenvolvimento e suas mudanças antes e depois das intervenções realizadas pela Busca Ativa (BRITO, 2021).

9. Garantir que todos os/as estudantes recebam o apoio de que precisam para voltarem a frequentar e para terem condições de concluir o curso:

A instituição tentará garantir que os/as estudantes recebam o apoio de que precisam para o retorno às atividades e conclusão do curso. Isso pode incluir serviços de tutoria, aulas de reforço, aconselhamento e apoio emocional. A instituição deve trabalhar em estreita colaboração com estudantes e com os pais, nos casos de menores de 18 anos, para unir forças no apoio necessário.

Quanto à capacitação de estagiários/as: Com a possibilidade do ingresso de estagiários/as para a implementação desse projeto, seus formuladores identificaram a de subsidiar com os conhecimentos básicos e fundamentais todos aqueles que se interessarem pela temática da Busca Ativa, no IFSUL, para o planejamento e a execução das ações previstas neste projeto, bem como não prejudicar a continuidade dos trabalhos que já venham sendo executados, nos campi. Serão criados espaços virtuais para a realização dos encontros, no *google meet*, e terão duração máxima de cinquenta minutos para melhor apreensão dos conteúdos e experiências, por todos/as os/as participantes. Para esses momentos ferramentas metodológicas de trabalho em grupo tais como: rodas de conversa, debates, relatos de experiência e oficinas poderão ser utilizadas. Poderão ser utilizadas, caso se considere necessário, Webconferências por meio do *Youtube* para ficarem à disposição para os demais membros da comunidade acadêmica bem como para pessoas externas à instituição, tais como outros profissionais de outras instituições públicas de ensino, bem como pesquisadores de políticas públicas e sociais. Os encontros, sob a permissão da maioria dos participantes, ficarão gravados e disponibilizados na plataforma *Google Docs*, para consulta posterior. As temáticas de formação inicial serão desenvolvidas pelos coordenadores do projeto, quanto por profissionais convidados para tal, sem custos. Pretende-se realizar um encontro para cada temática. As temáticas iniciais serão: busca ativa, escuta humanizada/sensível, aplicação de questionários. **Quanto à metodologia para operacionalização da capacitação:** Aqui buscaremos trabalhar na perspectiva da discussão coletiva de forma permanente realizando trocas de saberes e experiências vivenciadas pelos atores sociais sobre essa temática, pois uns com os outros, aprendemos (CASTRO; AMORIM, 2015). Assim, pretende-se realizar os encontros da seguinte maneira:

Encontro 1: Conceitos fundamentais sobre Busca Ativa, Escuta Humanizada e Cuidados Éticos com dados pessoais.

Encontro 2: Instrumentos a serem utilizados: formulários, entrevista.

Encontro 3: Capacitação para acesso aos dados acadêmicos dos estudantes no SUAP.

Quanto à metodologia de avaliação do Projeto: será uma avaliação de processo, de caráter qualitativo por meio da aplicação de um questionário *on-line* com gestores, com os/as servidores/as que atuam nessa frente de trabalho, nos campi, e com estudantes que tenham voltado a frequentar as aulas a partir desse trabalho.

Recursos:

Infra estrutura: uma sala equipada com computadores, mobiliário e material de escritório para a execução do trabalho pela assistente social e os/as estagiários para prestarem serviços.

Humanos: estagiários do Curso de Engenharia Elétrica.

Financeiros: R\$ 0,00 Telefones, chips telefônicos?

PRODUTO	Valor unitário	Valor Total
Telefone		
chip		
???		

Acompanhamento e avaliação das metas:

O acompanhamento e a avaliação das metas será realizada pelos coordenadores do Projeto na DIRPEI, por meio de instrumento próprio a ser aplicado aos/às Chefes de Ensino, Coordenadores/as e servidores/as dos campi envolvidos/as nessa atividade.

Objetivos específicos:	METAS:	METODOLOGIA PREVISTA
Mapear as ações de Busca Ativa nos Campi.	1 relatório.	Aplicação de formulário on line aos servidores responsáveis
Propor/ discutir/criar junto a com gestores e servidores competências, ações e fluxos de Busca Ativa nos campi do IFSul, conforme a necessidade e realidade de cada campus.	2 encontros	Reuniões exploratórias
Articular representantes dos campi, servidores/as e estudantes, para monitoramento e avaliação das ações desse projeto.	2 representantes de cada campus 1 comitê/comissão	Reuniões de rotina/exploratórias/planejamento junto a servidores/as e estudantes, responsáveis, bem como Aplicação de instrumento avaliativo e de monitoramento.
Identificar e sistematizar as razões/motivos/fatores da infrequência.	1 relatório	Entrevista semi-estruturada.
Buscar mecanismos de apoio acadêmico junto aos/às coordenadores/as de curso.	1 formulário para cada caso ou grupo.	Contato com familiares, rede de apoio, atores institucionais e externos.
Informar, orientar e encaminhar os estudantes sobre serviços, benefícios e políticas de Permanência no IFSUL, disponibilizados por meio das Políticas de Assistência Estudantil, Pesquisa e Extensão e condicionalidades requeridas aos estudantes para ingresso e permanência nesses programas, bem como para a Rede de Proteção Social dos Estados e municípios.	Todos os casos???	Atendimento Social, entrevistas, contato com a Rede; articulação intersetorial.
Ofertar capacitação aos/às estagiários/as e servidores/as interessados/as.	1 a cada ano.	Por meio de 3 encontros na modalidade on line.
Acionar esforços institucionais para que estudantes infrequentes recebam o apoio acadêmico de que precisam para retorno às aulas e conclusão do curso.	1 formulário para cada caso ou grupo.	Por meio da articulação com os/as coordenadores/as de curso.
Dialogar sobre as competências dos atores institucionais a fim de qualificar os serviços e melhorar os mecanismos de controle de frequência institucional.	1 encontro na Reitoria 2 reuniões no semestre	Reuniões on line, encontros presenciais na Reitoria
Estimular a construção de planos de trabalho para a realização de Busca Ativa nos Campi.	1 plano em cada campus	reuniões on line, encontros presenciais na Reitoria

VI. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Descrição das atividades	2023									2024			
	ABR	MAI Lice nça Saúde	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
Atividade 1: Elaboração do Projeto Piloto Busca Ativa IFSUL: pesquisa exploratória por referenciais teóricos e projetos/ações bem sucedidas de busca ativa escolar.	X	-											
Atividade 2: Elaboração do Projeto Piloto Busca Ativa IFSUL: escolha dos referenciais a serem utilizados; definição dos objetivos, da metodologia e da justificativa.		-	X	X									
Atividade 3: Elaboração do Projeto Piloto Busca Ativa IFSUL: elaboração de instrumentos técnicos para registro e sistematização de dados.		-		X									
Atividade 4: Apresentação do projeto na Câmara de Ensino		-		X									
Atividade 5: Realização de ajustes após reunião na Câmara de Ensino.		-		X									
Atividade 6: implementação do projeto piloto		-			X								
Atividade 7: Realização de reuniões semanais		-				X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade 8 : Capacitação Estagiários/as		-			X								
Atividade 9: Avaliação.		-							X				
Atividade 10: Elaboração da prestação de contas.		-										X	
Atividade 11: Elaboração do relatório final.		-											X

Descrição das atividades:

Atividade 1: Elaboração do Projeto Piloto Busca Ativa IFSUL: pesquisa exploratória por referenciais teóricos e projetos/ações bem sucedidas de busca ativa escolar.
Atividade 2: Elaboração do Projeto Piloto Busca Ativa IFSUL: escolha dos referenciais a serem utilizados; definição dos objetivos, da metodologia e da justificativa.
Atividade 3: Elaboração do Projeto Piloto Busca Ativa IFSUL: elaboração de instrumentos técnicos para registro e sistematização de dados.
Atividade 4: Apresentação do projeto na Câmara de Ensino

Atividade 5: Realização de ajustes após reunião na Câmara de Ensino.
Atividade 6: implementação do projeto piloto
Atividade 7: Realização de reuniões semanais
Atividade 8 : Capacitação Estagiários/as
Atividade 9: Avaliação.
Atividade 10: Elaboração da prestação de contas.
Atividade 11: Elaboração do relatório final.

VII. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

Sala
 Computador
 Acesso a internet
 Linha telefônica
 Chip institucional
 02 Estagiários

VIII. RECURSOS FINANCEIROS (ORÇAMENTO DETALHADO/JUSTIFICADO)

Recursos Financeiros: **R\$ 0,00**

IX. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Espera-se, por meio deste projeto, atingir os seguintes resultados:

1. Retorno dos estudantes infrequentes às atividades.
2. Criação de um programa institucional de Busca Ativa como estratégia de enfrentamento à infrequência e à evasão visando o retorno dos estudantes infrequentes às aulas, seu acompanhamento e a melhoria das condições de permanência e êxito dos estudantes.

X. AVALIAÇÃO

Tipo de avaliação utilizada:

Quantitativa. Qualitativa. Mista.

Instrumentos/procedimentos utilizados:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Entrevistas | <input type="checkbox"/> Seminários |
| <input type="checkbox"/> Reuniões | <input checked="" type="checkbox"/> Questionários |
| <input type="checkbox"/> Observações <input checked="" type="checkbox"/> Relatórios | <input type="checkbox"/> Controle de Frequência |
| | <input type="checkbox"/> Outro(s). Especificar. |

Descrição de procedimentos para avaliação:

Para a avaliação deste projeto será aplicado um questionário *on-line*, com perguntas abertas e fechadas, com os seguintes atores: coordenadores/as de curso, equipe executora e com uma amostra dos/as estudantes atendidos/as todos/as os/as participantes a ser definida posteriormente. Formulários anexos.

Periodicidade da avaliação:

- | | |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral |
| <input type="checkbox"/> Semestral | <input checked="" type="checkbox"/> Ao final do projeto |

Sujeito(s) que realiza(m) a avaliação:

- Coordenador/a Colaborador/a
 Participantes (Estudantes/servidores)

XI. REFERÊNCIAS

ADELANTADO, José, NOGUERA, J.A y RAMBLA. **El marco de análisis: las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales**: Cambios en el Estado del Bienestar. Revista Barcelona: Icaria. 2000 p. 23 - 61

ALMEIDA, Ney Luiz T. de & ALENCAR, Mônica Maria T. de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011. pp. 141-171. (enviado em arquivo por e-mail).

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação** . Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000.

_____, Ney Luiz Teixeira de. **A educação e os processos políticos-pedagógicos de construção de novas formas de sociabilidade**. IN: Serviço Social e Educação. Larissa Dahmer; Ney Luiz Teixeira de Almeida (orgs.). 3 ed. – RJ: Lumen Juris, 2012.

BEHRING. Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete.. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 575-593. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91> Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.pdf

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. **Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei n º 8.662, de 7 de Junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRITO. Lady Mara Lima. **Proposta de Modelo para elaboração de Plano de Ação para atendimento de estudantes acompanhados pelo SISAIE no processo de Busca Ativa**. Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional - SISPAE. Campus Luzerna. Instituto Federal Catarinense. Documento interno, disponibilizado pela autora por meio de contato no e-mail institucional. 2021

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e; AMORIMA, Rejane Maria de Almeida. **Formação Inicial e a Continuada**: diferenças conceituais que legitimam um espaço de Formação Permanente de vida. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan.-abr., 2015

CAVALHEIRO, Josiela Silveira; Mara MEDEIROS, Rosange Acosta. **A Ação Profissional dos Assistentes Sociais que trabalham com a Política de Assistência Estudantil/Pnaes nos Institutos Federais**: levantamento preliminar. II Fórum Regional Serviço Social Na Área Da Educação Debate Crítico: Política De Educação E Questões Societárias. UNESP. 2011.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social**: alcances, perspectivas e desafios / Josiela Silveira Cavalheiro. – Pelotas: UCPEL, 2013. 256 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas , Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2013.

_____. **Os Planos Estratégicos de Permanência nos Institutos Federais Gaúchos.** / Josiela Silveira Cavalheiro. – Pelotas: UCPEL, 2020.. Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2020.

_____. **Plano de Trabalho do Serviço Social no DEGAE:** 2019 a 2025. Documento interno, não publicado.

_____. **Diário de Campo Serviço Social:** Trabalho Remoto DEGAE. 2020. Não publicado.

_____. **Diário de Campo Serviço Social:** Trabalho Remoto DEGAE. 2021. Não publicado.

_____. **Diário de Campo Serviço Social:** Trabalho Remoto DEGAE. 2022. Não publicado.

CFESS. **Resolução CFESS Nº 273 de 13 março de 1993. Código de Ética do Assistente Social.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS/ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. <http://www.unirio.br/unirio/cchs/>

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. **Política educacional no Brasil:** educação técnica e abandono escolar. Políticas, Sociedade e Educação. Primeira Seção, Brasília, supl.1, v. 8, dezembro 2011. p. 147 – 176

GAMA, Maria Eliza; TERRAZZAN, Eduardo. **Características da formação continuada de professores nas diferentes regiões do país.** GT: Formação de Professores / n.08. Grupo de Estudos e Pesquisas “INOVAEDUC. Inovação Educacional, Práticas Escolares e Formação de Professores”; “DIPIED – Dilemas e Perspectivas para a Inovação Educacional na Educação Básica e na Formação de Professores” (Reg. GAP/CE/UFMS 019443 - CNPq, Ed. Univ. 02/2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2009

IFSUL. **Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação.** Aprovado pela Resolução nº 90/2012 do Conselho Superior. Disponível em www.ifsul.edu.br

_____. Regimento Geral do IFSUL. Disponível em www.ifsul.edu.br

_____. Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito. Disponível em www.ifsul.edu.br

MEC/SETEC. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica.** Disponível em: r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: março de 2017

NSEPP/UERJ. **Material de apoio do Curso de Extensão sobre Sistematização da Experiência Profissional;** Núcleo de Sistematização de Experiências em Políticas Públicas. Departamento de Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020. Não disponível. (enviado por e-mail aos participantes).

OLIVEIRA, Cristiane Pereira Melo de. **Programa Universidade Para Todos:** A Percepção dos Estudantes de uma Universidade Privada de São Paulo. São Paulo: UNICID, 2012

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social:** temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: CFESS/ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira. **Métodos de pesquisa para a identificação de fatores de Evasão e Permanência na Educação Profissional.** Cad.Cedes, Campinas, v. 34, n. 94, p. 403-408, set.-dez., 2014

SALES, P.E.N.; CASTRO, T. L.; DORE, ROSEMARY. **Educação Profissional e Evasão Escolar**: Estudo e Resultado Parcial de Pesquisa Sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. In: Anais do III Colóquio Internacional de Educação Profissional e Evasão Escolar, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_Profissional_e_Tecnologica/Educacao_profissional_e_evasao_escolar..._Rosemary_Dore.pdf. Acesso em: março de 2017.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações e soluções. São Paulo. Cengage. 2019.

SILVA, M. da S. **Avaliação de políticas e programas sociais**: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M. O. da S. (Org.) Avaliação de programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 47-93.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate**. In: Revista Interface, V. 2, nº 1. Natal, 2005. p. 27-41.

_____. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar**. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/2>

_____. **Serviço Social na Educação**: saberes e competências necessários no fazer profissional. 2008. 238f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. Disponível em: <<http://www.servicosocialnaeducacao.info/wp->

_____. **Assistentes Sociais nas escolas**: revelando demandas para legitimar espaço. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

_____. **O Assistente Social na escola**: pensando a dimensão educativa do seu trabalho. Especialização. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

_____. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar**. Disponível em: <http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/2_1_0.pdf >.

SACCARO, Alice; FRANÇA, Marco T. A.; JACINTO, Paula de Andrade. **RETENÇÃO E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA BOLSA PERMANÊNCIA DO PNAES**. ANPEC. 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_/i12-707be73e05304f27eb9f18ae5d235c9d.pdf

ANEXOS (Listar os anexos)
1 - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES
2 - INDICADORES PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS
3 - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO
4 -

PARECERES NECESSÁRIOS NO PROCESSO DO SUAP

- **PARECER COLEGIADO/COORDENAÇÃO/ÁREA.**
- **PARECER DIREÇÃO/DEPARTAMENTO DE ENSINO.**
- **PARECER DIREÇÃO/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO (Quando necessário).**
- **PARECER DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS.**
- **PARECER DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO.**

09 de maio de 2023